Ensino Superior

Caderno de Provas

Agência de FOMENTO do Estado do Tocantins

Analista Contábil

UNITINS TOCANTINS

PROVAS	QUESTÕES	TURNO
Conhecimentos Básicos	01 a 10	26/11/2023 DOMINGO às 15h15min
Conhecimentos Gerais	11 a 30	
Conhecimentos Específicos	31 a 50	

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR.

1. Neste caderno, constam 50 questões: 10 questões de Conhecimentos Básicos, 20 questões de Conhecimentos Gerais e 20 questões de Conhecimentos Específicos.

2. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que o substitua imediatamente, após o sinal sonoro de início da prova.

3. Não é permitido uso de livros, dicionários, apontamentos, apostilas, réguas, calculadoras ou qualquer outro material.

4. Durante as provas, você não deve levantar-se sem permissão, nem se comunicar com outros candidatos.

5. A duração da prova é de quatro horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do cartão de respostas oficial.

6. Você receberá um CARTÃO DE RESPOSTAS OFICIAL, que é de preenchimento obrigatório. Esse documento será utilizado para a correção das provas objetivas. NÃO AMASSE NEM RASURE O CARTÃO. Preencha-o com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas instruções e nos cartões de respostas poderá implicar anulação de sua prova.

8. Você deve permanecer na sala, no mínimo, por duas horas, antes de entregar a prova.

9. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala e lhe entregue o caderno de provas e o cartão de respostas oficial.

10. Você somente poderá levar o caderno de provas, a partir dos últimos 60 minutos do tempo destinado à sua realização.

11. Todas as normas do edital que regem este processo seletivo devem ser cumpridas rigorosamente.

Nome do candidato	**Nº da identidade**

Número da sala	**Assinatura**

Conhecimentos Básicos

Texto para as questões 1 a 5.

Mudanças climáticas

Por Vanessa Sardinha dos Santos

As mudanças climáticas são, sem dúvidas, um dos maiores desafios da sociedade atual. Apesar de sempre usarmos o urso-polar como símbolo dessas mudanças, as alterações no clima estão longe de atingir apenas esses animais. Os impactos das mudanças climáticas são significativos e afetam desde a nossa saúde até a produção de alimentos.

Mudanças climáticas são alterações provocadas nos padrões climáticos a longo prazo com base nas alternâncias meteorológicas, **ou seja**, nas condições do tempo observadas por um período. Elas podem ser causadas por processos naturais e também pela ação do homem. As mudanças climáticas não aconteceram de uma hora para outra. A nossa história evolutiva está intrinsecamente ligada às alterações provocadas no clima, as quais são observadas desde a formação do planeta Terra.

O consumo exagerado e a produção elevada, além de aumentar a exploração dos recursos naturais, provocaram também o aumento da poluição atmosférica, por causa da emissão de gases poluentes pelas indústrias e pelos automóveis. A produção também acelerou o desmatamento, o que também provocou alterações no clima.

As mudanças climáticas geram uma série de consequências ambientais graves, muitas até já podem ser observadas atualmente. Uma das consequências do aumento da temperatura do planeta é o aumento do nível do mar, que ocorre em virtude do degelo das geleiras. Isso pode resultar inundação e submersão de áreas costeiras, causando diversos prejuízos às pessoas que vivem nessas áreas.

As altas temperaturas também poderão causar grandes secas, que afetarão ativamente a agricultura, ocasionando diversos problemas em relação à produção de alimentos. Com a diminuição da produção de alimentos e o consequente aumento dos preços, muitas pessoas sofrerão com a questão da segurança alimentar, **ou seja**, com o acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e permanente.

Além de afetar a agricultura, a seca está relacionada com o aumento de focos de incêndio e com a escassez de água. Esse último problema poderá levar parte da população a sofrer com baixa disponibilidade de água potável e poderá gerar competição por esse recurso.

Enquanto algumas áreas enfrentarão seca extrema, em algumas regiões poderá ocorrer aumento exagerado das chuvas. Isso poderá causar problemas como inundações e deslizamento de terras em áreas com grande quantidade de pessoas.

Diversos animais e plantas, tanto espécies terrestres como aquáticas, serão diretamente afetados pelas mudanças climáticas, que causarão mudanças em seu habitat. Isso gerará a extinção de uma grande quantidade de espécies, diminuindo-se, assim, a biodiversidade.

Outro ponto importante diz respeito à saúde da população. Além da poluição atmosférica agravar-se em diversas partes do mundo, ocasionando doenças cardiovasculares e respiratórias, algumas doenças, como dengue e malária, que são transmitidas por mosquitos, poderão espalhar-se por mais lugares do globo.

Apesar das inúmeras evidências acerca das mudanças climáticas, não há um consenso quanto a essas alterações. Alguns estudiosos e também governantes de alguns países acreditam que as mudanças provocadas no clima são resultados de processos naturais e que a Terra se encontra, na verdade, rumo a uma nova glaciação. Para os céticos do aquecimento global, os estudos feitos a respeito das mudanças climáticas são alarmistas, gerando uma preocupação desnecessária.

Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/. Acesso em: 24 set. 2023. (Com supressões.)

QUESTÃO 1

O texto “Mudanças climáticas” traz um problema com que temos vivido ao longo dos anos e que só tem se agravado. No segundo parágrafo, a autora afirma que as causas das mudanças climáticas podem ser tanto naturais

quanto antrópicas (causadas pelo homem). Em qual assertiva temos uma causa natural e outra antrópica?

A. Poluição do solo e poluição dos recursos hídricos.

B. Órbita da Terra e incidência solar.

C. Aumento do desmatamento e queima de combustíveis fósseis.

D. Fenômeno El Niño e fenômeno La Niña.

E. Atividade vulcânica e emissão de gases poluentes na atmosfera.

QUESTÃO 2

Quanto à forma de organização do texto, levando-se em conta os argumentos expostos e as informações dadas sobre as mudanças climáticas, pode-se dizer que:

I. em alguns parágrafos, como forma de argumentação, a autora cita uma causa, seja natural ou antrópica, e suas possíveis consequências;

II. a autora afirma que, apesar das evidências dos problemas e das causas das mudanças climáticas, não são todos que consideram que o homem seja o culpado;

III. o consumo exagerado e a produção elevada, segundo a autora, aumentam a exploração dos recursos naturais, não havendo outras consequências;

IV. as várias consequências citadas pela autora podem ser confirmadas com fatos recentes ocorridos no Brasil.

É correto o que se afirma apenas em

A. I, II e IV.

B. I, II e III.

C. II e IV.

D. I e IV.

E. II, III e IV.

QUESTÃO 3

Para a exposição de suas considerações sobre o tema mudanças climáticas, a autora utiliza conjunções ou locuções conjuntivas. Quando é usada a locução conjuntiva “ou seja” (segundo e quinto parágrafos), a intenção consiste em:

I. explicar algo que já foi dito anteriormente ou para dar uma explicação adicional em relação ao assunto em questão;

II. esclarecer sobre o assunto, já que o leitor não conseguiria entender o argumento, posto que não havia sido citado antes;

III. demonstrar, no segundo parágrafo, que “padrões climáticos a longo prazo com base nas alternâncias meteorológicas” correspondem a “condições do tempo observadas por um período”;

IV. demonstrar, no quinto parágrafo, que “questão da segurança alimentar” significa ter “acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e permanente”.

É correto o que se afirma apenas em

A. I, III e IV.

B. I, II e IV.

C. III e IV.

D. II, III e IV.

E. I e II.

QUESTÃO 4

Analise os períodos a seguir retirados do texto “Mudanças climáticas”.

I. Em “Mudanças climáticas são as alterações provocadas nos padrões climáticos a longo prazo”, o verbo **“ser”** é classificado sintaticamente como verbo de ligação, com a função de unir o predicativo ao sujeito.

II. Em “Os impactos das mudanças climáticas são significativos e afetam desde a nossa saúde até a produção de alimentos”, o verbo **“afetar”**, do ponto de vista sintático, é transi-

tivo indireto.

III. Em “Além da poluição atmosférica agravar-se em diversas partes do mundo, ocasionando doenças cardiovasculares e respiratórias, algumas doenças, como dengue e malária, que são transmitidas por mosquitos, poderão espalhar-se por mais lugares do globo”, a expressão **“por mais lugares do globo”**, sintaticamente, é adjunto adverbial de lugar.

IV. Em “As mudanças climáticas geram uma série de consequências ambientais graves, muitas até já podem ser observadas atualmente. Uma das consequências do aumento da temperatura do planeta é o aumento do nível do mar, que ocorre em virtude do degelo das geleiras”, o pronome indefinido **“muitas”** é o sujeito da segunda oração e se refere ao termo “mudanças climáticas”.

É correto o que se afirma apenas em

A. II e IV.

B. I, III e IV.

C. I e III.

D. II, III e IV.

E. I e II.

QUESTÃO 5

Observe o trecho a seguir.

“As altas temperaturas também poderão causar grandes secas, que afetarão ativamente a agricultura, ocasionando diversos problemas em relação à produção de alimentos.”

Levando-se em consideração o uso de pronomes relativos, é correto afirmar que:

A. se a oração introduzida pela conjunção **“que”** for retirada do período, ocasionará perda de sentido da oração anterior, posto que é uma oração subordinada adjetiva explicativa.

B. temos, no trecho, uma oração subordinada adjetiva explicativa, com a função de dar uma explicação do termo anterior **“grandes secas”**.

C. poderíamos retirar a vírgula antes do pronome relativo **“que”** sem alterar o sentido e a classificação da oração adjetiva.

D. o uso da oração subordinada explicativa entre vírgulas nos faz pressupor que nem sempre grandes secas poderão afetar ativamente a agricultura.

E. o pronome relativo **“que”** poderia ser substituído pelo pronome relativo **“as quais”** sem prejuízo ao sentido, pois se refere ao termo anterior “altas temperaturas”.

QUESTÃO 6

“Estamos diante de um momento crítico, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum.”

Disponível em: https://www.saobernardo.sp.gov.br. Acesso em: 4 ago. 2023.

O texto acima faz parte de um documento que apresenta princípios éticos para a construção de uma sociedade global sustentável e pacífica no século XXI. Esse documento é

A. Estatuto da Juventude.

B. Declaração Universal dos Direitos Humanos.

C. Estatuto da Cidade.

D. Carta da Terra.

E. Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas.

QUESTÃO 7

São vários os tipos e fontes de geração de energia. Entre eles, a energia eólica, produzida a partir

A. do sol.

B. da força do vento.

C. de matéria orgânica não fóssil.

D. de aproveitamento da água dos rios.

E. de fontes não renováveis.

QUESTÃO 8

Importante para a economia mundial e para maior inserção das economias em desenvolvimento no cenário internacional, um grupo de países emergentes denominado Brics tem como objetivo a cooperação econômica e o desenvolvimento em conjunto. Os países que compõem o Brics são

A. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

B. Argentina, Brasil, Chile, África do Sul e Peru.

C. Brasil, Uruguai, Índia, Argentina e Rússia.

D. Brasil, Chile, China, Uruguai e Índia.

E. Argentina, África do Sul, Brasil, China e Índia.

QUESTÃO 9

De acordo com dados divulgados na última edição do relatório "Refúgio em Números", apenas em 2022, no Brasil, foram feitas 50.355 solicitações da condição de refugiado, provenientes de 139 países. As principais nacionalidades solicitantes, em 2022, foram venezuelanas (67%), cubanas (10,9%) e angolanas (6,8%).

JUNGER DA SILVA, G. *et al. Refúgios em números* 2023. Brasília: OBMigra, 2023.

Analise as proposições a seguir sobre migrações internacionais.

I. Os padrões de migração contemporânea refletem duas dimensões do regime capitalista: instabilidade e nova estrutura de acumulação flexível.

II. As principais características contemporâneas da migração mediada pelo capital são: descentralizada, temporária, circular, responsiva, de riscos calculados (mas não previsíveis), geradora de conflitos, global e regulada.

III. O contexto global atual tem alterado o caráter da migração internacional, sobretudo, no que se refere à livre circulação da massa migratória, ao mesmo tempo que reforça a seletividade na sanção de instalação (permanente ou temporária) nos lugares e, na oficialização, há prevenção e restrição de entradas de "grupos indesejados".

É correto o que se afirma em

A. I e III apenas.

B. III apenas.

C. I e II apenas.

D. II e III apenas.

E. I, II e III.

QUESTÃO 10

Instituída originalmente pela Lei nº 1.806/2053, a Amazônia Legal brasileira é um conceito político-administrativo que estabelece o limite de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), órgão federal substituído em 1966 pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A região é constituída por

A. Mato Grosso, Pará, Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Tocantins e Maranhão.

B. Amazonas, Pará, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá e Tocantins.

C. Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa.

D. Mato Grosso, Pará, Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Maranhão.

E. Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre e Amazonas.

Conhecimentos Gerais

QUESTÃO 11

A prevenção e a repressão de atividades ilícitas no âmbito do sistema financeiro nacional dependem de uma efetiva troca de informações e da integração entre várias instituições. Nesse contexto, o órgão criado no âmbito do Ministério da Fazenda, com a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/1998, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades, é

A. o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

B. o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

C. o Banco Central do Brasil (BACEN).

D. o Ministério Público Federal (MPF).

E. a Polícia Federal (PF).

QUESTÃO 12

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por uma estrutura que envolve órgãos normativos, instituições supervisoras, executoras e operadoras. O mercado financeiro, por sua vez, abrange os mercados monetário, de crédito, de capitais e cambial. No mercado de crédito,

A. são concedidos empréstimos e financiamentos por instituições financeiras.

B. ocorre a negociação de títulos de renda fixa e de renda variável.

C. são realizadas operações de compra e venda de moedas estrangeiras.

D. são negociados diversos papéis emitidos por empresas com vencimentos de curto prazo.

E. são realizadas operações de Oferta Pública Inicial (IPO) de ações.

QUESTÃO 13

Leia a notícia a seguir.

O industrial e atual presidente da Fiesp, Josué Gomes, voltou a criticar o que ele classifica de elevadas taxas de juros nominal e real vigentes no país. A taxa nominal de juro, a Selic, encontra-se em 13,75% ao ano, e a taxa real está rodando em torno de 7%, segundo cálculos de economistas e analistas do mercado financeiro. Josué tem um cálculo que coloca o juro real em 8%.

Disponível em: https://economia.uol.com.br/. Acesso em: 24 jul. 2023.

Em relação às taxas de juros, podemos afirmar que

A. as taxas de juros nominais são aplicadas apenas a empréstimos, enquanto as taxas de juros reais se aplicam a investimentos. Devido a esse fato, as taxas de juros são altas no Brasil.

B. o presidente da Fiesp, Josué Gomes, critica as taxas de juros no Brasil. Isso ocorre porque as taxas de juros nominais são ajustadas periodicamente, enquanto as taxas de juros reais são fixas.

C. as críticas apontadas no texto sinalizam que a taxa de juro nominal de 13,75% aa., que não leva em conta o impacto da inflação, e a taxa real em torno de 7% aa., que considera esse fator, são elevadas.

D. as taxas de juros são elevadas, pois as taxas de juros nominais são determinadas pelos bancos, enquanto as taxas de juros reais representam a taxa oficial, quando se desconta o impacto inflacionário.

E. as taxas de juros nominais levam em conta o poder de compra da demanda agregada do país, enquanto as taxas de juros reais são financeiras. Dessa forma, a crítica apontada no texto é válida.

QUESTÃO 14

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é um conjunto de instituições, normas e regulamentações que têm como objetivo intermediar as transações financeiras e promover a circulação de recursos na economia. Com base nesse conceito, analise as afirmações a seguir.

I. O Banco Central do Brasil (BACEN) é o órgão responsável por regulamentar e supervisionar o SFN, zelando pela estabilidade e pelo bom funcionamento do sistema financeiro no país.

II. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma instituição do SFN, e uma de suas funções é realizar as operações de compra e de venda de títulos públicos federais.

III. As corretoras e as distribuidoras de títulos e valores mobiliários fazem parte do SFN, e uma das instituições que fiscaliza suas operações é o BACEN.

IV. Uma das funções do Banco Central do Brasil é fiscalizar, normatizar e desenvolver o mercado financeiro e de capitais, garantindo a transparência das operações.

V. As instituições financeiras estão entre as instituições do SFN, desempenhando papéis essenciais na intermediação financeira e na oferta de serviços bancários.

É correto o que se afirma em

A. I, III e V apenas.

B. II, III e V apenas.

C. I, II e IV apenas.

D. I, III, IV e V apenas.

E. I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 15

O Banco Central do Brasil (BACEN) é um órgão supervisor do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que tem como uma de suas funções a supervisão do sistema financeiro, autorizando e fiscalizando outras instituições financeiras. Segundo a Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o BACEN é formado por

A. um comitê executivo liderado pelo Ministro da Economia, responsável por tomar decisões de política monetária, e por oito diretores indicados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal.

B. um conselho administrativo composto pelo presidente e por oito representantes dos bancos comerciais privados e estatais, indicados pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

C. um presidente e um conselho de diretores regionais nomeados por meio de votação no Congresso Nacional e, posteriormente, aprovados pelo Presidente da República.

D. uma diretoria colegiada composta pelo presidente e por oito diretores indicados pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação de seus nomes pelo Senado Federal.

E. um presidente, oito diretores e um conselho de representantes da indústria e do comércio, que auxiliam na elaboração de políticas monetárias para o país.

QUESTÃO 16

Mariana adquiriu um automóvel 0 km em uma concessionária e optou por financiar parte do valor do veículo. Para isso, foi realizado um contrato de financiamento de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) com alienação fiduciária, em que o banco X é o credor fiduciário. A partir da situação apresentada, analise as afirmativas a seguir.

I. Nesse caso, o banco X se torna o proprietário do veículo durante o período de financiamento, o que se denomina como garantia pessoal.

II. Mariana se torna proprietária do veículo somente após quitar todas as parcelas do financiamento do contrato com alienação fiduciária.

III. É um tipo de garantia real, por meio da qual o banco tem o direito de reaver o veículo caso Mariana não cumpra com suas obriga-

ções financeiras.

IV. Mariana pode vender o veículo a terceiros a qualquer momento, sem necessidade de realizar a transferência ou a quitação do contrato.

V. A alienação fiduciária é uma forma de garantia pessoal, em que Mariana se compromete a pagar a dívida em parcelas mensais.

É correto o que se afirma em

A. I e III apenas.

B. II e III apenas.

C. I, III e IV apenas.

D. I, III e V apenas.

E. I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 17

Clarice deseja comprar um apartamento e busca opções de financiamento imobiliário. Ela se deparou com duas possibilidades: hipoteca e alienação fiduciária. Considerando a situação hipotética apresentada e as diferenças entre hipoteca e alienação fiduciária, analise as afirmativas a seguir.

I. Se ela optar pela hipoteca, o apartamento é incluído no contrato como garantia ao credor, e, se optar pela alienação fiduciária, o credor é o proprietário do apartamento até a quitação da dívida.

II. Se ela optar pela alienação fiduciária, após a dívida quitada, a propriedade passa a ser de Clarice, mas, se ela não pagar a dívida, pode ser consolidada em favor do credor e o imóvel leiloado.

III. Na garantia hipotecária, Clarice não transfere ao credor o bem dado em garantia. Assim, a posse e a propriedade do imóvel permanecem com ela, mas há o risco de perder o imóvel caso não pague a dívida.

IV. Na hipoteca, o credor assume a posse do apartamento durante o período do financiamento, enquanto na alienação fiduciária, o imóvel pertence ao devedor e é somente dado como garantia.

V. A hipoteca é mais utilizada em financiamentos habitacionais, enquanto a alienação fiduciária é mais comum em financiamentos de automóveis e eletrodomésticos. As duas são garantia real.

É correto o que se afirma em

A. I, III e IV apenas.

B. I e II apenas.

C. I, II e III apenas.

D. I, III e V apenas.

E. I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 18

Sr. João é cliente de um banco e deseja solicitar um empréstimo. Ao buscar essa informação, no seu aplicativo do banco, apareceu a mensagem de permissão para adesão ao *open finance*, para compartilhamento de seus dados entre as instituições financeiras escolhidas e com a proposta de melhoria dos serviços oferecidos, inclusive para os empréstimos. Em relação ao sistema financeiro aberto, podemos afirmar que o Sr. João,

A. se aderir ao *open finance*, isentará seu banco atual de qualquer responsabilidade sobre uso e compartilhamento de dados financeiros com outras instituições.

B. se aderir ao *open finance*, comprometerá a segurança de suas informações financeiras, uma vez que o sistema permitirá acesso aberto de seus dados a terceiros.

C. aderindo ao *open finance*, terá acesso somente às informações de seu banco atual, sem a possibilidade de comparar ofertas de empréstimos de outras instituições.

D. ao aderir ao *open finance*, limitará suas opções de empréstimo, pois o compartilhamento de dados financeiros poderá reduzir a competitividade das instituições.

E. ao aderir ao *open finance*, autorizará o compartilhamento seguro de seus dados financeiros com outras instituições, o que possibilitará melhores opções de empréstimos.

QUESTÃO 19

Antônio realizou uma transação em uma agência bancária e, pouco tempo depois, sua ex-mulher entrou em contato com ele. Durante a discussão entre os dois, a ex-mulher revelou que uma amiga, que é funcionária do banco, informou sobre essa transação financeira na conta dele.
Após análise da situação apresentada e supondo que o vazamento da informação pela funcionária do banco seja comprovado, podemos afirmar que

A. a violação prevista pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) é do acesso indevido e da divulgação não autorizada de dados pessoais de João por parte da funcionária do banco, por isso ela pode sofrer sanções administrativas, civis e/ou penais.

B. o compartilhamento de informações bancárias entre a funcionária do banco e a ex-mulher de João pode ser legítimo, desde que haja um motivo justo. Nesse caso, não caracteriza violação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, portanto, não haverá sanções à funcionária.

C. o fato de a funcionária do banco ter divulgado informações confidenciais de João sem o consentimento dele só implicará violação prevista pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) caso tenha ocasionado danos financeiros ou patrimoniais a João.

D. essa ação da funcionária do banco só seria considerada violação prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) se ela tivesse utilizado a informação para fins próprios. Nesse caso, a funcionária não sofrerá sanções administrativas, civis e/ou penais.

E. não houve violação prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), pois caracteriza compartilhamento legítimo de informações bancárias entre a funcionária do banco e a ex-mulher de João, visto que as duas são amigas e não houve má-fé.

QUESTÃO 20

As agências de fomento são instituições financeiras que desempenham um papel relevante no desenvolvimento regional, especialmente no apoio a micro, pequenas e médias empresas. De acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.828, de 30 de março de 2001, as agências de fomento:

I. são instituições financeiras destinadas exclusivamente a atender as demandas do setor público, por isso não é permitido o atendimento a empresas privadas;

II. têm a liberdade de fixar suas próprias taxas de juros e condições de financiamento, sem a necessidade de seguir as diretrizes estabelecidas pelo CMN;

III. são supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404/1976;

IV. têm como uma de suas principais atribuições o estímulo ao desenvolvimento regional ao financiar capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação.

É correto o que se afirma apenas em

A. I e III.

B. I e II.

C. II e III.

D. III e IV.

E. II e IV.

QUESTÃO 21

Eduarda é correntista do banco X e funcionária de uma empresa de médio porte, possui renda mensal de R$ 5.000,00. Na data de hoje, recebeu um depósito em sua conta no valor de R$ 100.000,00.
De acordo com a Lei nº 9.613/1998, que trata sobre prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, e as normas do Banco Central do Brasil (BACEN), o banco X:

I. deve comunicar automaticamente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) sobre o depósito de R$ 100.000,00;

II. não precisa tomar providência alguma, uma vez que o depósito no valor de R$ 100.000,00 está nos limites estabelecidos pelo COAF para transações em conta corrente e só foi uma movimentação de depósito;

III. pode, além da comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras, bloquear o valor depositado na conta de Eduarda para esclarecer a origem do depósito, já que ela possui renda mensal que não condiz com o valor do depósito;

IV. deve informar à cliente que, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, é obrigatório fornecer informações sobre a origem de valores acima de R$ 50.000,00 e, automaticamente, fazer a Comunicação de Operação em Espécie (COE) à COAF;

V. deve aceitar o depósito na conta da cliente e proceder com as transações na conta dela normalmente, independentemente de fornecer informações sobre a origem do dinheiro, pois a conta é privada, e a cliente tem o direito de não dar essa informação.

É correto o que se afirma em

A. I, II e III apenas.

B. I, III e IV apenas.

C. II, III e IV apenas.

D. II, III e V apenas.

E. I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 22

Maria é casada com João. João possui um amigo, o André, do qual a esposa não gosta. Por esse motivo, ele decidiu ser fiador de um financiamento do André sem comunicar à Maria. Nessa situação hipotética, em conformidade com as normas do Sistema Financeiro Nacional (SFN),

A. a instituição financeira deve rejeitar a garantia de João como fiador do financiamento de André, uma vez que não pode ser fiador sem o consentimento da esposa.

B. João pode ser fiador do financiamento de André, independentemente da anuência de Maria, pois a relação conjugal não interfere na escolha dos fiadores e desde que João possua renda compatível com as parcelas do financiamento.

C. a decisão de escolher João como fiador é do André, assim como a decisão de ser fiador dele é do João, não cabendo interferência dos cônjuges. Mesmo que Maria não concorde com a operação de financiamento, não há o que ser feito se João decidir assinar o contrato.

D. a instituição financeira deve comunicar Maria sobre a decisão de João de ser fiador do financiamento de André, dando ciência para a operação de crédito. Após a comunicação, o contrato pode ser assinado por André e João sem problemas.

E. a instituição financeira deve analisar o regime de casamento entre João e Maria. Caso seja regime de comunhão total de bens, não há impedimento de João assinar contrato como fiador de André, visto que seu patrimônio é de sua total responsabilidade.

QUESTÃO 23

As agências de fomento podem oferecer, além de linhas de crédito, orientação técnica, capacitação e assistência na elaboração de projetos. Isso contribui para que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e produtiva, estimulando o desenvolvimento regional. Nesse sentido, conforme a Resolução do BACEN nº 2.828/2001, as agências de fomento:

I. têm como principal objetivo conceder empréstimos para empresas de grande porte, como forma de fomentar a infraestrutura desses locais;

II. podem assumir uma proporção significativa da economia local e nacional, e o Banco Central do Brasil pode autorizar que elas se tornem um banco múltiplo;

III. devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, segundo as normativas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

IV. seguem a supervisão e a regulação por parte do Banco Central do Brasil e integram

o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como órgãos vinculados auxiliares;

V. além de recursos próprios, podem empregar recursos de fundos e programas oficiais, de orçamentos federal, estaduais e municipais, entre outros previstos na Resolução.

É correto o que se afirma apenas em

A. III e IV.

B. I e II.

C. II e III.

D. IV e V.

E. II, III e V.

QUESTÃO 24

As agências de fomento fazem parte do Sistema Financeiro Nacional (SFN), estão sob a supervisão do Banco Central do Brasil e têm como objeto social financiar capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede. Quanto à classificação, as agências de fomento, na composição do SFN, são

A. classificadas como bancos.

B. corretoras e distribuidoras.

C. instituições não bancárias.

D. sociedades de capitalização.

E. instituições de pagamento.

QUESTÃO 25

De acordo com a Lei Estadual nº 1.298/2002, a Agência de Fomento do estado do Tocantins poderá financiar

A. substituição de fontes onerosas e saneamento financeiro.

B. empreendimentos localizados em outros estados brasileiros.

C. aquisição de terrenos no estado do Tocantins.

D. investimento já realizado em reestruturação empresarial.

E. projetos agropecuários e de agroindústrias no Tocantins.

QUESTÃO 26

A administração da Agência de Fomento do estado do Tocantins é exercida pelo Conselho de Administração, com função deliberativa colegiada, e pela Diretoria Executiva. O Conselho de Administração é composto por sete membros efetivos e residentes no país. Diante dessas informações, é competência do Conselho de Administração da Agência de Fomento do estado do Tocantins:

A. deliberar sobre a proposta de orçamento anual da Agência de Fomento.

B. disseminar as políticas de gestão do risco para toda a instituição.

C. exercer funções executivas e gerenciais na Agência de Fomento.

D. aprovar financiamentos para os membros da Diretoria Executiva.

E. propor valores e faixas salariais dos cargos do Quadro de Pessoal.

QUESTÃO 27

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é um órgão normativo do Sistema Financeiro Nacional (SFN) no Brasil. Criado em 1964, o CMN é responsável por formular e executar as políticas monetária, cambial, creditícia e de relações com o exterior. Diante dessas informações, são órgãos subordinados ao CMN:

A. Ministério da Economia, Banco Central do Brasil (BACEN) e Caixa Econômica Federal.

B. Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Bolsa de Valores.

C. Secretaria do Tesouro Nacional, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

D. Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil (BACEN) e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

E. Banco do Brasil, Ministério do Planejamento e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

QUESTÃO 28

Leia a seguinte notícia.

A Controladoria-Geral da União (CGU) multou a Vivo em R$ 45,747 milhões por conta de distribuição de ingressos para jogos da Copa do Mundo de 2014 para "agentes públicos". Segundo fato relevante da Telefônica [...], a CGU considerou que tais "ações de marketing e promoção institucional" da empresa realizada na época vão contra os termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.846/2013, "em razão de responsabilidade legal objetiva".

Disponível em: https://teletime.com.br/16/10/2020/. Acesso em: 30 jul. 2023.

Esse texto refere-se à sanção previsão na Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Com base nessas informações, o ato lesivo constante na Lei que gerou a multa descrita no texto é

A. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

B. impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

C. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

D. obter vantagem, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública.

E. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

QUESTÃO 29

O Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) é mais um instrumento utilizado no combate à fraude e à corrupção, instituído por meio da Lei Anticorrupção nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto nº 11.129/2022. A instauração e o julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) são de competência

A. dividida entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) para os casos da União.

B. da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Ministério Público Federal para os casos da União e dos Ministérios Públicos Estaduais (MPEs).

C. da pessoa jurídica infratora, por meio de seu corpo de advogados, e é conduzido pela autoridade máxima do órgão regulador.

D. da autoridade máxima da entidade em face da qual foi praticado o ato lesivo ou, em caso de órgão da administração pública federal direta, do respectivo Ministro de Estado.

E. exclusiva do Ministério Público Federal (MPF) para a União e dos Ministérios Públicos Estaduais (MPEs) para os Estados.

QUESTÃO 30

A Lei nº 13.303/2016 dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A sociedade de economia mista, ressalvado o disposto nessa Lei, estará sujeita ao regime previsto na Lei nº 6.404/1976. Diante dessas informações, é uma empresa de economia mista no âmbito da União:

A. Caixa Econômica Federal (CEF).

B. Petróleo Brasileiro S.A (Petrobrás).

C. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT).

D. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

E. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Conhecimentos Específicos

QUESTÃO 31

A empresa Nitron Ltda. apresentou seu Balanço Patrimonial com os seguintes elementos:

Balanço Patrimonial da empresa Nitron Ltda.			
ATIVO		**PASSIVO**	
Ativo Circulante	1.500,00	Capital de Terceiros (PC + PnC)	1.200,00
Ativo Não Circulante	1.700,00	Patrimônio Líquido	2.000,00
Total	3.200,00	Total	3.200,00

NOTA: No Ativo Não Circulante, não há elementos classificados no ativo realizável a longo prazo.
PC = Passivo Circulante; PnC = Passivo Não Circulante.

Após a apresentação desse Balanço Patrimonial, a empresa Nitron foi ao Banco DinDin S/A e pegou um empréstimo de curto prazo no valor de R$ 2.000,00. Desse total foram aplicados R$ 1.500,00 no Ativo Circulante e R$ 500,00 no Ativo Não Circulante.
Após o registro desse fato, podemos afirmar que a participação do Capital de Terceiro em relação ao Capital Próprio será de

A. 60%.

B. 110%.

C. 90%.

D. 100%.

E. 160%.

QUESTÃO 32

A empresa Freitas Ltda. apresentou uma parte de seu Balanço Patrimonial conforme descrito a seguir.

Balanço Patrimonial da empresa Freitas Ltda.			
ATIVO CIRCULANTE		**PASSIVO CIRCULANTE**	
Caixa	5.000,00	Fornecedor a Pagar	3.000,00
Duplicata a Receber	4.000,00	Empréstimo a Pagar	8.000,00
Estoque de Mercadoria	1.000,00	Salário a Pagar	4.000,00
Total Ativo Circulante	10.000,00	Total	15.000,00

Após analisar as informações acima, podemos afirmar que

A. o índice de liquidez corrente calculado com as informações descritas acima será de R$ 0,90.

B. o índice de liquidez corrente será maior quanto maior for o valor da compra de estoque de mercadoria a prazo.

C. terá de comprar estoque de mercadoria a prazo no valor de R$ 2.000,00 para aumentar o

índice de liquidez corrente para R$ 1,00.

D. terá de receber o valor de R$ 3.000,00 para aumentar o índice de liquidez corrente para R$ 1,20.

E. terá de pagar R$ 3.000,00 de empréstimo para aumentar o índice de liquidez corrente para R$ 0,80.

QUESTÃO 33

O analista financeiro Bob Farias calculou os índices de prazos médios da empresa Tribus Ltda. e identificou que: o Prazo Médio de Renovação do Estoque (PMRE) é igual a 52,94 dias; o Prazo Médio de Recebimento das Vendas (PMRV) é de 27 dias; e o Prazo Médio de Pagamento das Compras é de 60 dias.
Após analisar os valores dos prazos médios, podemos afirmar que a quantidade de dias que

A. representa o ciclo operacional é de 79,94 dias.

B. representa o ciclo de caixa é de 21,94 dias.

C. os fornecedores estão cobrindo a armazenagem do estoque é de 27 dias.

D. a empresa necessita de recursos financeiros para se manter é de 60 dias.

E. os fornecedores estão cobrindo uma parcela dos clientes é de 19,94 dias.

QUESTÃO 34

O contador da empresa industrial Killer Ltda., ao entrevistar um estagiário, informou que, na produção de 2.000 unidades do produto X, realizava os seguintes gastos: valor da Matéria-Prima (MP) por unidade R$ 10,00; valor da Mão de Obra Direta (MOD) por unidade R$ 25,00; valor do aluguel da produção R$ 20.000,00; valor da depreciação dos equipamentos da produção R$ 4.000,00; valor da Mão de Obra Indireta da produção (MOI) R$ 6.000,00. Além disso, informou que vendeu 1.000 unidades do produto X por R$ 50,00 cada unidade; possui despesa com a comissão do vendedor no valor de R$ 5,00 por unidade vendida; tem despesa com a energia do setor de administração no valor de R$ 5.000,00.
Com essas informações, podemos afirmar que

A. a margem de contribuição unitária é de R$ 20,00.

B. o Ponto de Equilíbrio Contábil (PEC) é de 3.000 unidades.

C. o custo unitário da produção pelo Custeio Variável é de R$ 35,00.

D. o custo unitário da produção pelo Custeio por Absorção é de R$ 40,00.

E. o lucro obtido na venda pelo Custeio por Absorção é de R$ 10.000,00.

QUESTÃO 35

Analise a seguinte situação:

Empresa Union Ltda. fabrica o produto LED	
Quantidade fabricada e vendida (Q)	200 unidades
Preço de Venda Unitária (PV)	R$ 4,00 por unidade
Custo e despesa fixos	R$ 520,00
Custo e despesa variáveis	R$ 3,00 por unidade
Investimento na estrutura física da empresa (Inv.)	R$ 4.000,00

Com os dados descritos acima, a empresa obtém o seguinte resultado:

	1 unidade	200 unidades (situação atual)
+ Receita de Venda (RV)	4,00	800,00
(-) Gasto Variável (GV)	(3,00)	(600,00)
= Margem de Contribuição	1,00	200,00
(-) Gasto Fixo (GF)	(520,00)	(520,00)
= Resultado	(519,00)	(320,00)
Ponto de Equilíbrio Contábil		520 unidades

Considerando as informações mencionadas, podemos afirmar que, com aumento de 10%

A. no gasto variável unitário e mantendo constantes os demais gastos, terá como consequência um decréscimo no resultado do Ponto de Equilíbrio Contábil.

B. na quantidade vendida e mantendo constantes os demais gastos, terá como consequência um acréscimo no resultado do Ponto de Equilíbrio Contábil.

C. no valor do gasto fixo e mantendo constantes os demais gastos, terá como consequência um decréscimo no resultado do Ponto de Equilíbrio Contábil.

D. na receita de venda unitária e mantendo constantes os demais gastos, terá como consequência um decréscimo no resultado do Ponto de Equilíbrio Contábil.

E. na quantidade vendida e de 10% no valor do gasto fixo e mantendo constantes os demais gastos, terá como consequência um decréscimo no resultado do Ponto de Equilíbrio Contábil.

QUESTÃO 36

A empresa Digital Ltda. apresentou a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) para o mês de abril:

+ RECEITA COM VENDAS	**R$ 20.000,00**
(-) CUSTO E DESPESAS	.
Matéria-prima	(R$ 7.000,00)
Mão de obra direta	(R$ 5.000,00)
Depreciação do setor de produção	(R$ 1.000,00)
Salário do gerente de produção	(R$ 1.500,00)
Despesa do setor de administração	(R$ 500,00)
Despesa do setor de vendas	(R$ 250,00)
Comissões dos vendedores	(R$ 750,00)
= RESULTADO POSITIVO	R$ 4.000,00

O Diretor de Vendas, ao apresentar seu planejamento de vendas para o mês de maio, informou ao Diretor Administrativo que, se o preço de venda fosse reduzido em 5%, as vendas em unidades aumentariam 30%.
O Diretor Administrativo fez uma consulta ao Diretor de Produção e este informou que:

- no mês de abril, foram produzidas e vendidas 4.000 unidades;
- no mês de abril, o preço de venda praticado foi de R$ 5,00 a cada unidade vendida;
- a comissão dos vendedores é de 3,75% sobre a receita com vendas;
- a infraestrutura fixa do setor de produção não seria alterada, no mês de maio, com o aumento no volume de vendas;
- no mês de maio, os valores com a matéria-prima e a mão de obra direta vão variar de acordo com as unidades produzidas e vendidas;
- os demais gastos informados na DRE são fixos e serão repetidos no mês de maio.

A decisão que o Diretor Administrativo deverá tomar a partir das informações adicionais do Diretor de Produção será de que

A. não vale a pena aumentar a quantidade produzida e vendida por causa da redução do preço de venda porque haverá aumento de R$ 2.100,00 nos gastos com a matéria-prima.

B. vale a pena aumentar a quantidade produzida e vendida por causa da redução do preço de venda porque haverá aumento de R$ 923,75 no valor do resultado da DRE do mês de maio.

C. vale a pena aumentar a quantidade produzida e vendida por causa da redução do preço de venda porque haverá economia de R$ 1.500,00 nos gastos com a mão de obra direta.

D. não vale a pena aumentar a quantidade produzida e vendida por causa da redução do preço de venda porque haverá aumento de R$ 1.300,00 no valor da depreciação do setor de produção.

E. vale a pena aumentar a quantidade produzida e vendida por causa da redução do preço de venda porque haverá economia de R$ 283,60 nos gastos com as despesas administrativas e de vendas.

QUESTÃO 37

A empresa Analógica Ltda. fabrica e vende todo mês 7 brinquedos, contudo, o Diretor de Produção demonstrou que a empresa tem capacidade para fabricar e vender 9 brinquedos por mês. No mês de maio do ano 2023, o Diretor de Produção informou que os custos fixos totalizaram R$ 200,00 e o custo variável foi equivalente a R$ 3,00 por unidade fabricada. O Diretor Financeiro falou que, no mês de maio, houve despesas fixas totalizando R$ 40,00 e despesa variável equivalente a R$ 2,00 por unidade vendida. Também mostrou que o preço de venda praticado pela empresa, no mês de maio, foi de R$ 19,00 unidade/vendida.
A empresa Analógica recebeu, durante o mês de maio, uma proposta do cliente Barnabé que desejava comprar 4 brinquedos, contudo só poderia pagar R$ 13,00 por brinquedo. Ao analisar a proposta, a empresa Analógica Ltda. verificou que não teria nenhuma modificação no montante de seus gastos fixos e nem no valor unitário de seus gastos variáveis.
Assim, considerando os dados descritos acima e analisando apenas o aspecto financeiro, a decisão que a empresa Analógica Ltda. pode adotar é de que

A. pode aceitar o pedido do cliente Barnabé porque a margem de contribuição unitária do pedido será positiva no valor de R$ 4,00 por produto.

B. não pode aceitar o pedido do cliente Barnabé porque a margem de contribuição unitária do pedido será negativa no valor de R$ 2,00 por produto.

C. pode aceitar o pedido do cliente Barnabé porque a margem de contribuição unitária do pedido será positiva no valor de R$ 1,00 por produto.

D. não pode aceitar o pedido do cliente Barnabé porque a margem de contribuição unitária do pedido será negativa no valor de R$ 6,00 por produto.

E. pode aceitar o pedido do cliente Barnabé porque a margem de contribuição unitária do pedido será positiva no valor de R$ 14,00 por produto.

QUESTÃO 38

O Diretor Administrativo, ao analisar o relatório financeiro do Setor de Produção, verificou a existência das seguintes informações:

Produção de 2.000 unidades no mês de março do ano 2023	Custo variável total da produção no mês de março do ano 2023 foi de R$ 36.000,00.
Vendas de 500 unidades no mês de março do ano 2023	Custo fixo total da produção no mês de março do ano 2023 foi de R$ 15.500,00.
Preço de venda praticado no mês de março do ano 2023 foi de R$ 100,00 para cada unidade vendida.	Despesa fixa total no mês de março do ano 2023 foi de R$ 4.000,00.
Produto fabricado no mês de março do ano 2023 foi a camiseta branca.	Despesa variável total no mês de março do ano 2023 foi de R$ 500,00.

No processo de tomada de decisão, a empresa utiliza o método de Custeio Variável. Por isso, o Contador de Custos fez o cálculo da margem de contribuição unitária para demonstrar o ganho marginal que a empresa estava obtendo com produção e venda da camiseta branca. Esse cálculo mostrou que a margem de contribuição unitária da camiseta branca é de

A. R$ 80,00.

B. R$ 74,25.

C. R$ 71,25.

D. R$ 81,00.

E. R$ 42,00.

QUESTÃO 39

A empresa de brindes promocionais realiza oficinas de capacitação para seus colaboradores semestralmente. Em uma de suas capacitações, apresentou, de forma hipotética, as seguintes informações financeiras para um determinado período: estoque inicial de mercadorias no valor de R$ 5.000,00 e o estoque final de mercadoria de R$ 1.000,00; o lucro foi de R$ 3.000,00 e seu faturamento de R$ 12.000,00. Também falou que o total das compras de mercadorias foi de R$ 4.000,00; o seguro pago na compra de mercadorias foi de R$ 400,00; o frete na compra de mercadorias foi de R$ 600,00; houve devolução de mercadoria comprada no valor de R$ 60,00; e a empresa obteve um desconto na compra de mercadoria no total de R$ 40,00. Destacou que teve

despesa com aluguel de 1.000,00.

Com base nas informações descritas, o valor do ICMS que incide sobre a compra de mercadoria é na ordem de

A. R$ 900,00.

B. R$ 800,00.

C. R$ 600,00.

D. R$ 1.100,00.

E. R$ 1.500,00.

QUESTÃO 40

Um estudante de Ciências Contábeis está realizando um cálculo contábil como atividade avaliativa solicitada na disciplina de Contabilidade. A seguir, são apresentadas as informações financeiras constantes na atividade avaliativa: compra de mercadorias R$ 2.000,00; estoque inicial de mercadorias R$ 1.000,00; frete na compra de mercadorias R$ 300,00; seguro na compra de mercadorias R$ 200,00; devolução de mercadoria comprada R$ 100,00; desconto obtido no ato da compra R$ 80,00; ICMS que incide na compra de R$ 20,00; estoque final de mercadoria R$ 1.500,00; lucro obtido no período R$ 600,00; devolução de mercadoria já vendida R$ 80,00; desconto concedido no ato da venda R$ 20,00; ICMS que incide na venda R$ 50,00; despesa com energia R$ 150,00.
Logo, o valor das vendas realizadas será igual a

A. R$ 2.500,00.

B. R$ 2.700,00.

C. R$ 2.400,00.

D. R$ 1.800,00.

E. R$ 2.100,00.

QUESTÃO 41

Na realização de auditoria, para a obtenção de fundamentos suficientes que possam auxiliar na certificação do que está sendo apreciado, é preciso seguir um roteiro determinado. De forma sintética, esse roteiro envolve etapas predefinidas como:

I. emissão de parecer de auditoria;

II. elaboração do programa de trabalho de auditoria;

III. avaliação dos sistemas de controles internos;

IV. dimensionamento dos trabalhos de auditoria;

V. aplicação dos procedimentos de auditoria.

O roteiro correto dessas etapas é

A. IV, III, II, V, I.

B. III, I, IV, II, V.

C. I, IV, V, III, II.

D. II, III, IV, V, I.

E. IV, I, III, II, V.

QUESTÃO 42

Os procedimentos de auditoria são técnicas utilizadas pelo auditor para mensurar, avaliar e verificar existência, valor, registro e materialidade do elemento examinado. Sua aplicação deve ser realizada por meio de exames, provas seletivas, amostragens e testes de observância e testes substantivos. Na aplicação dos testes de observância (em que se verifica o controle interno) e dos testes substantivos (em que se verifica o sistema contábil), o auditor deve considerar como procedimento técnico

A. o cálculo para conferência da exatidão aritmética de documentos, registros e demonstrativos.

B. a avaliação adequada de ativos e passivos.

C. a existência concreta dos elementos patrimoniais.

D. a mensuração correta dos registros das transações.

E. a abrangência de todas as transações.

QUESTÃO 43

A auditoria é vista como uma ação imparcial e independente executada pelo auditor com o fim de comparar um fato concreto e um preestabelecido e, na sequência, expressar uma opinião por meio de relatórios. Para Ferreira (2004), faz-se auditoria para verificar se os relatórios e as informações decorrentes dessa relação são adequados e justos. Portanto, a auditoria é a verificação de como a *accountability* está sendo cumprida na prática.

FERREIRA, R. J. *Auditoria*. Rio de Janeiro: R. Ferreira, 2004.

A partir do texto acima, é correto afirmar que a auditoria, sob o aspecto

A. administrativo, assegura maior exatidão dos custos e veracidade dos resultados na defesa do interesse dos investidores.

B. fiscal, resguarda o patrimônio contra multas, o proprietário contra penalidades pela sonegação fiscal.

C. financeiro, examina a moralidade do ato praticado, pois o registro está correto e o fato comprovado, porém o ato é indefensável.

D. patrimonial, resguarda fornecedores e financiadores contra possíveis fraudes e dilapidações.

E. ético, assegura que as contas foram usadas adequadamente e a escrituração obedeceu às normas de Contabilidade.

QUESTÃO 44

O ativo imobilizado contém elementos destinados para venda e utilizados na manutenção dos negócios de uma entidade. O pronunciamento técnico contábil que trata do ativo imobilizado é o CPC 27, que diz:

I. após a aquisição, o ativo é registrado ao custo menos depreciação acumulada e menos perda de valor recuperável;

II. itens do imobilizado são registrados como ativos sempre que for provável que os benefícios econômicos futuros a eles associados sejam obtidos pela empresa, e o seu custo possa ser avaliado com segurança;

III. componentes de um ativo com padrões de benefícios divergentes devem ser depreciados separadamente.

É correto o que se afirma em

A. II apenas.

B. II e III apenas.

C. I e III apenas.

D. I e II apenas.

E. I, II e III.

QUESTÃO 45

O lucro apurado nas entidades constituídas na forma de sociedades anônimas deve ser totalmente destinado por meio de transferência da conta Lucro Acumulado para as contas de Reservas Lucro e dividendos propostos ou a pagar aos acionistas.
Para a Reserva Legal, o art. 193 da norma da lei societária (Lei n. 6.404/1976) dispõe que:

- 5% do lucro líquido do exercício são destinados à constituição da Reserva Legal, cujo valor não poderá ser superior a 20% do capital social;
- a Reserva Legal tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital;
- quando o montante da Reserva Legal acrescido do montante das Reservas de Capital atingir 30% do capital social, a Reserva Legal deixará de ser obrigatória.

A Cia Val Verde informou que apurou um lucro líquido do exercício no valor de R$ 11.000,00 e destacou que seu Patrimônio Líquido estava composto de capital social de R$ 41.000,00 e Reserva de Capital de R$ 14.000,00.
Considerando essas informações, qual procedimento a empresa deve adotar em relação à constituição da Reserva Legal?

A. Deverá registrar o valor calculado da Reserva Legal (R$ 800,00), já que o saldo da Reserva de Capital acrescido da Reserva Legal não ultrapassa 30% do capital social.

B. Deverá registrar o valor calculado da Reserva Legal (R$ 250,00), já que o saldo da Reserva de Capital acrescido da Reserva Legal não ultrapassa 30% do capital social.

C. Não deverá registrar o valor calculado da Reserva Legal (R$ 550,00), já que o saldo da Reserva de Capital acrescido da Reserva Legal ultrapassa 30% do capital social.

D. Não deverá registrar o valor calculado da Reserva Legal (R$ 810,00), já que o saldo da Reserva de Capital acrescido da Reserva Legal ultrapassa 30% do capital social.

E. Deverá registrar o valor calculado da Reserva Legal (R$ 258,00), já que o saldo da Reserva de Capital acrescido da Reserva Legal não ultrapassa 30% do capital social.

QUESTÃO 46

O jornal Informe Contábil demonstrou cinco estruturas organizacionais em seus Balanços.

<table>
<tr><th colspan="2">Balanço 1</th><th colspan="2">Balanço 2</th><th colspan="2">Balanço 3</th><th colspan="2">Balanço 4</th><th colspan="2">Balanço 5</th></tr>
<tr><td rowspan="2">AC</td><td rowspan="2">PC+PnC</td><td>AC</td><td>PC+PnC</td><td rowspan="3">AC</td><td>PC</td><td>AC</td><td rowspan="2">PC+PnC</td><td rowspan="2">AC</td><td>PC</td></tr>
<tr><td>AnC</td><td>PL</td><td>PnC</td><td rowspan="3">AnC</td><td rowspan="3">PnC</td></tr>
<tr><td rowspan="2">AnC</td><td rowspan="2">PL</td><td rowspan="2"></td><td rowspan="2"></td><td rowspan="2">PL</td><td rowspan="2">AnC</td></tr>
<tr><td>AnC</td><td>PL</td><td>PL</td></tr>
</table>

AC = Ativo Circulante; AnC = Ativo Não Circulante; PC = Passivo Circulante; PL = Patrimônio Líquido; PnC = Passivo Não Circulante.

A composição de cada estrutura varia de acordo com o total de recursos obtidos e aplicados na atividade empresarial. Assim, podemos ter diversas configurações em função da forma de distribuição e registro desses recursos entre os diversos componentes patrimoniais.

Após analisar cada estrutura, podemos concluir que, na estrutura denominada

A. Balanço 4, a imobilização do capital próprio representado é inferior a 100%.

B. Balanço 2, o capital próprio é inferior ao capital de terceiro.

C. Balanço 3, a aplicação circulante é inferior à aplicação não circulante.

D. Balanço 5, a liquidez corrente representada é positiva.

E. Balanço 1, o capital circulante próprio representado é negativo.

QUESTÃO 47

A análise dos índices econômico-financeiros realizada nas demonstrações contábeis mostra a relação que há entre grupos homogêneos do conjunto patrimonial com grupos de outros conjuntos com o fim de identificar as situações de natureza patrimonial, econômica ou financeira passada, presente e futura, das entidades econômicas administrativas. Essa análise possibilita a interpretação tanto do ponto de vista quantitativo (valor) como também qualitativo (composição das contas).

Assim, podemos afirmar que os indicadores

A. de rentabilidade mostram o ciclo de caixa e operacional do empreendimento constituído.

B. de liquidez mostram o retorno do capital investido pelo empreendimento constituído.

C. de estrutura de capital mostram a capacidade de pagamento do empreendimento constituído.

D. econômico-financeiros mostram quantas vezes o grupo divisor está contido no grupo dividendo.

E. de prazos médios mostram a fonte e a aplicação dos recursos no empreendimento constituído.

QUESTÃO 48

Os demonstrativos contábeis configuram-se em relatórios ou quadros técnicos elaborados com dados extraídos de livros, registros e documentos que compõem o sistema contábil de uma entidade. A Lei das Sociedades Anônimas determina que, ao final de cada exercício social, a diretoria deverá elaborar, com base na escrituração mercantil, esses demonstrativos contábeis.

Pela estrutura de cada demonstrativo pode-se perceber que os fatos contábeis são classificados e agrupados de acordo com sua natureza e características. O objetivo desse agrupamento é facilitar o entendimento das informações contábeis por parte dos usuários e facilitar análise e interpretação da situação financeira da entidade.

Portanto, podemos afirmar que:

I. o demonstrativo contábil, denominado Balanço Patrimonial (BP), evidencia, por meio de sua análise, as seguintes informações: total de capital de terceiros que a empresa está usando (endividamento); capacidade de pagamento das dívidas de curto e de longo prazo (liquidez); folga financeira da empresa (capital circulante líquido); total de recursos aplicados em itens permanentes (imobilização); entes que forneceram recursos para a empresa (sócio, governo, funcionários, fornecedores, instituições financeiras, atividade operacional etc.); onde a empresa aplicou seus recursos (itens circulantes ou permanentes); situação líquida da empresa (patrimônio líquido);

II. o demonstrativo contábil, denominado Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), evidencia as seguintes informações: percentual de cada despesa; tipos de receitas obtidas pela empresa; volume de vendas; valor do custo das mercadorias vendidas; lucratividade;

III. o demonstrativo contábil, denominado Demonstração do Lucro ou Prejuízo Acumulado (DLPA), evidencia as seguintes informações: causas e efeitos dos registros e do saldo, da conta Lucro ou Prejuízos Acumulados; destinações do lucro; retenções de lucros; ajustes de exercícios anteriores; saldos ainda não destinados etc.;

IV. o demonstrativo contábil, denominado Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), evidencia as seguintes informações: alterações nas contas de capital; reservas e lucro acumulado; transferências ocorridas entre essas contas (análise na visão do administrador); e avaliação dos investimentos permanentes em coligadas ou controladas (análise na visão do investidor).

E correto o que se afirma em

A. II, III e IV apenas.

B. I, II e III apenas.

C. I, III e IV apenas.

D. I, II e IV apenas.

E. I, II, III e IV.

QUESTÃO 49

A Positivo Ltda. fabrica jalecos para estudante de Medicina. No mês de abril do ano 2023, trabalhou abaixo de sua capacidade total, produzindo 100 unidades de um determinado modelo. Os custos e as despesas relativas à produção e à venda desse modelo são:

CUSTOSVARIÁVEIS	• Matéria-prima R$ 20,00 por unidade • Mão de obra direta R$ 15,00 por unidade • Custo indireto variável R$ 5,00 por unidade • Despesas com vendas R$ 1,00 por unidade
CUSTOS FIXOS	• Depreciação do setor de produção R$ 500,00 por mês • Mão de obra indireta do setor produção R$ 2.000,00 por mês • Despesas fixas R$ 1.000,00 por mês

O preço de venda praticado é de R$ 80,00 por unidade, e não havia estoques iniciais nesse mês. Foram vendidas 100 unidades, e a empresa usa o método de controle de estoque denominado Primeiro que Entra Primeiro que Sai (PEPS).
No mês de maio, os custos e as despesas se repetem, mas agora a empresa conseguiu trabalhar no seu limite máximo de capacidade, que é de 180 unidades por mês, entretanto, conseguiu vender apenas as mesmas 100 unidades pelo mesmo preço.
Considerando essas informações, podemos concluir que, no mês de maio, pelo método de Custeio Variável,

A. a margem de contribuição unitária é de R$ 39,00.

B. o custo unitário de produção é de R$ 41,00.

C. o resultado obtido na venda é de R$ 500,00.

D. o custo total da produção é de R$ 7.380,00.

E. a margem de contribuição total é de R$ 4.000,00.

QUESTÃO 50

Uma empresa resolveu investir em sua estrutura física. Para tal ação ser executada, necessitou contrair um empréstimo no Banco UNION S/A no valor de R$ 45.000 para pagar em 90 dias. No ato da transação, a empresa pagou R$ 5.000,00 a título de encargos financeiros (juros e taxas bancárias). Após o registro dessa transação, haverá

A. aumento do Passivo Circulante em R$ 45.000,00, aumento do Ativo Circulante em R$ 40.000,00 e redução do Patrimônio Líquido em R$ 5.000,00.

B. aumento do Ativo Circulante e do Patrimônio Líquido no valor de R$ 45.000,00 e diminuição do Passivo Circulante no valor de R$ 5.000,00.

C. aumento do Ativo Circulante no valor de R$ 45.000,00, redução do Passivo em R$ 5.000,00 e aumento do Patrimônio Líquido em R$ 40.000,00.

D. aumento do Ativo Circulante e do Patrimônio Líquido de R$ 40.000,00 e aumento do Passivo em R$ 45.000,00.

E. aumento do Passivo Circulante de R$ 40.000,00 e redução do Ativo Circulante de 5.000,00.